



Sarney vê avanços, mas quer resolver logo o rito das MPs

Balanco do trabalho do primeiro semestre é positivo, diz presidente do Senado, que citou reforma política entre principais realizações

O avanço em direção à aprovação de uma reforma política e eleitoral foi um dos principais temas destacados ontem pelo presidente do Senado, José Sarney, ao fazer um balanço das atividades no primeiro semestre. Ele deixou claro, no entanto, que será sua prioridade

resolver, ainda em agosto, a questão do novo rito de tramitação das medidas provisórias (MPs) no Congresso Nacional. Se não houver solução em agosto, o presidente está decidido a não colocar em votação as MPs que chegarem à Casa com menos de dez dias antes do fim de prazo. **3**



Sarney fala à imprensa sobre o semestre legislativo: promessa de solução para as MPs já no mês que vem

Jose Cruz/Senado Federal



Blairo Maggi, presidente da Subcomissão de Acompanhamento da Copa, da CMA, durante o lançamento do portal

Portal do Senado fiscaliza execução das obras da Copa

Comissão do Senado lançou ontem o Portal de Transparência da Copa de 2014, em que cidadãos e o próprio poder público poderão acompanhar obras e contratos. **5**

Dois embaixadores aprovados

Os indicados pela presidente da República para chefiar as embaixadas na Índia e em São Tomé

e Príncipe, diplomatas Sobral Duarte e Araújo Leitão, foram aprovados na CRE ontem. **7**



Fernando Collor (E), entre os embaixadores Sobral Duarte e Araújo Leitão, aprovados pela CRE ontem

Gerardo Magalhães/Senado Federal



Para Delcídio do Amaral (C), benefícios ambientais do uso do combustível renovável podem justificar subsídio ao setor

Pequenas usinas de biodiesel pedem novo marco legal

Representantes de pequenas e médias usinas querem ampliar sua participação na matriz energética nacional. Governo avalia que há excesso de oferta do produto. **8**

Dorival Moura/Senado Federal

Senado unifica identidade visual **2**

Mesa decide criar o Siga Estados **2**



Gerardo Magalhães/Senado Federal

Excesso de direitos pode sobrecarregar SUS **6**

Ana Rita e Eduardo Amorim (E) ouvem expositores na CAS, em reunião dirigida por Humberto Costa (2º à dir.) sobre o risco de o excesso de leis inviabilizar o SUS

Normas específicas para instalação de cercas elétricas **4**

Estradas devem exibir telefone da Polícia Rodoviária Federal **4**

Senado vai oficializar unificação de sua identidade visual

Decisão foi tomada na quarta-feira pela Comissão Diretora e constará de ato a ser publicado no Boletim Administrativo de Pessoal

A COMISSÃO DIRETORA aprovou na quarta-feira o *Manual de Identidade do Senado Federal*, instrumento que servirá para promover a unidade de sua imagem institucional. Instituído por ato da Comissão Diretora, o *Manual de Identidade do Senado Federal* foi desenvolvido pela Subsecretaria de Projetos Especiais (Supres) – área de criação e marketing da Casa –, da Secretaria Especial de Comunicação Social.

O desenvolvimento do manual de identidade visual foi um trabalho de cinco meses e envolveu dez servidores. Os primeiros três meses foram despendidos com a realização de uma pesquisa preliminar, em que 27 setores da Casa foram visitados, e com a realização de um *benchmarking*, em que 37

manuais de identidade visual de instituições públicas e privadas, nacionais e internacionais, foram analisados. Entre esses manuais, figuravam o da Câmara dos Deputados, o do governo federal e o do governo do Canadá.

Além de estabelecer cores, proporções, tipografia padrão, área de segurança, entre outros elementos fundamentais à padronização do uso da marca, o manual incorpora a figura do guardião da marca. Os guardiões serão os profissionais responsáveis, em cada setor, por acompanhar e orientar todos os demais servidores sobre o uso correto da marca.



Sigsys/Supres | Criação e Marketing

O Senado convivia com uma diversidade de marcas de áreas específicas, com diferentes aplicações, o que dificultava a construção de uma uniformidade visual.

Conforme o presidente José Sarney, o manual representa “um avanço da Casa em busca de sinergia e coesão da identidade visual”. Para Elga Lopes, diretora da Supres, “a es-

tratégia de arquitetura de marca proposta pelo manual é uma tendência internacional e evita a diluição da força da identidade por conta do excesso de diferentes marcas em uso por uma instituição”.

O *Manual de Identidade do Senado Federal* será oficializado em ato a ser publicado no Boletim Administrativo de Pessoal nos próximos dias.

Assinatura de newsletter do jornal é gratuita

A newsletter do *Jornal do Senado* voltou a circular. Quem quiser receber, por e-mail, no final da noite, uma imagem da capa do jornal do dia seguinte, com links para as matérias da edição, pode preencher o formulário de assinatura da newsletter, que é gratuita. O endereço é www.senado.gov.br/jornal.

O *Jornal do Senado* circula há 16 anos. Além do noticiário do dia a dia – sobre todas as discussões e decisões de comissões e do Plenário, pronunciamentos, homenagens, eventos e fatos ocorridos na Casa –, publica também reportagens especiais sobre temas em debate e matérias de serviço, na seção *Especial Cidadania*.

É, por isso, leitura importante para quem quer conhecer o trabalho legislativo do Senado e do Congresso Nacional e mais um instrumento para dar transparência às atividades do Legislativo.

EDIÇÃO de ANIVERSÁRIO

7 ANOS DE DIPLOMACIA
80 PROGRAMAS DE POLÍTICA INTERNACIONAL NA TV SENADO

Sábado às 22h30 e Domingo às 9h e 17h

DIPLOMACIA
www.senado.gov.br/tv

15 anos

Estados terão ferramenta para seguir a execução financeira

Em breve, os estados poderão contar com um programa que reunirá dados sobre a execução financeira prevista nas leis orçamentárias, fazendo com que os interessados tenham a possibilidade de se informar e acompanhar, por exemplo, a aplicação das emendas parlamentares, além das metas do Orçamento e as diretrizes dos planos plurianuais (PPAs).

O projeto de criação do Siga Estados foi formalizado no último dia 13 em reunião da Mesa Diretora. O programa vai disponibilizar as bases de dados orçamentários e financeiros dos estados interessados na plataforma Siga Brasil, que já é oferecida pelo Senado e reúne um sistema de informações sobre orçamento com acesso amplo e facilitado às contas públicas.

A expectativa é que o novo programa também ajude os estados, municípios e Distrito Federal a cumprir a Lei Complementar 131/09, que obriga, desde maio de 2009, a apresentação em tempo real na internet de informações pormenorizadas sobre a execução financeira. Os prazos para o cumprimento da

norma variam em função do tamanho da população de cada unidade federativa.

A adesão ao Siga Estados não é obrigatória e será feita a partir de manifestação formal dos interessados, por intermédio da assinatura de protocolo de intenções específico, em que o Senado e cada estado assumirão seus direitos, encargos e obrigações no âmbito do projeto, a ser gerenciado pela Consultoria de Orçamentos, Fiscalização e Controle da Casa, em conjunto com a Secretaria Especial de Informática (Prodasen).

Os dados informados pelo governo estadual são conectados e transferidos depois de validados para fazer parte do Siga Brasil, cujo ícone de acesso se encontra no canto inferior direito da página eletrônica do Senado (www.senado.gov.br).

Além de incorporar os orçamentos dos estados ao programa já existente, o Siga Estados vai aumentar a interface com o usuário, por meio de consultas prontas e interativas, reunidas em uma única plataforma, sem que o governo local tenha que pagar por isso.

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Plenário Sessão apenas para discursos

9h A sessão não deliberativa destina-se a discursos de senadores e comunicados da Mesa.

CRA Debate sobre cooperativismo

14h A Comissão de Agricultura e Reforma Agrária realiza seminário na cidade de Ji-Paraná (RO) para discutir o associativismo e o cooperativismo como instrumento de apoio aos produtores rurais.

SESSÕES ON-LINE: Confira a íntegra das sessões
Plenário: www.senado.gov.br/atividade/plenario/sessao
Comissões: www.senado.gov.br/atividade/comissoes/sessao

Em entrevista coletiva, presidente do Senado avaliou que foram desenvolvidas intensas atividades legislativas e administrativas. Para agosto, ele promete solução para MPs

Sarney exalta realizações do Senado no semestre

O PRESIDENTE DO Senado, José Sarney, fez um balanço positivo das atividades da Casa no primeiro semestre. Ele registrou avanços na reforma política – prioridade da pauta legislativa – e assumiu o compromisso de resolver, ainda em agosto, a polêmica em torno da tramitação das medidas provisórias (MPs) no Congresso Nacional.

Os comentários sobre a reforma política encabeçaram a prestação de contas, feita ontem em entrevista coletiva. Sarney registrou o envio à Câmara de dois projetos de lei do Senado (PLSs 265 e 266/11) recém-aprovados pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). A primeira proposta impede prefeitos e vice-prefeitos de transferirem seu domicílio eleitoral durante o mandato, enquanto a segunda pune a desfiliação partidária sem justa causa com perda de mandato. Divergências políticas surgidas na CCJ inviabilizaram, entretanto, a votação da PEC das MPs. O transtorno foi levantado por Sarney, que se mostrou disposto a não mais admitir a chegada das MPs ao Senado três

ou quatro dias antes de expirar sua validade. Se não houver solução em agosto, o presidente do Senado está decidido a não colocar em votação MPs que cheguem à Casa com menos de dez dias antes do fim de prazo.

– Estamos em entendimento

com o deputado Marco Maia [presidente da Câmara] para estipular prazos de 70 dias para a Câmara analisar as MPs, de 40 dias para o Senado e mais dez dias para análise da Câmara a eventuais emendas aprovadas pelo Senado – informou.



Entre a diretora-geral do Senado, Doris Peixoto, e a secretária-geral da Mesa, Claudia Lyra, José Sarney apresenta balanço das atividades no primeiro semestre

Pautas podem focar áreas de saúde e segurança

A organização de pautas temáticas de votação é outra ideia bem sucedida que deve ser levada para o próximo semestre. Segundo Sarney, o foco deverá estar nas áreas de segurança e saúde. Ele assinalou a aprovação, entre outros, do cadastro positivo; da política de proteção a pessoas com autismo; da infiltração de agentes na internet para investigar crimes de pedofilia e da política de educação para o consumo sustentável.

Já na área administrativa, destacou a implantação da ouvidoria, do ponto eletrônico e de melhorias na gestão de compras e contratações, entre outros.

Na área de comunicação, destacou a implantação da TV Senado digital e a disseminação do sinal aberto da TV Senado em todos os estados.

– Foi um primeiro semestre de atividade intensa nas áreas legislativa e administrativa. Foi realmente muito produtivo – resumiu.



Plenário votou, no primeiro semestre, projetos importantes, como o que fixou novo valor do salário mínimo

Eunício aposta em maior transparência com reforma administrativa

A reforma administrativa do Senado deverá imprimir maior eficiência e transparência aos trabalhos, avaliou o presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), senador Eunício Oliveira (PMDB-CE), que recebeu, nesta semana, o relatório final da subcomissão temporária encarregada de sistematizar as mudanças.

– É preciso fazer com que a

Casa tenha eficiência, velocidade nas respostas que a sociedade precisa e o máximo de transparência possível – ressaltou.

Na avaliação de Eunício, o sistema de comunicação – composto pelo *Jornal do Senado*, Agência, Rádio, TV, Relações Públicas, Pesquisa e Opinião e Projetos Especiais – é o mecanismo ideal para difundir a atuação legislativa e parlamentar de

forma mais clara e democrática.

– São esses instrumentos que fazem com que a população respeite a Casa do povo brasileiro, que é o Poder Legislativo, o mais transparente da República.

Eunício observou que, graças a esse complexo de comunicação, o eleitor tem condições de avaliar “se o seu voto foi dignificado por aquele que exerce o mandato parlamentar”. Para o

Plenário realiza última sessão, não deliberativa, na segunda

O Senado encerra as atividades com uma sessão não deliberativa às 14h de segunda-feira. De acordo com a Constituição, o Congresso Nacional se reúne de 1º de fevereiro a 17 de julho e de 1º de agosto a 22 de dezembro. Como neste ano o dia 17 cai no domingo, os senadores terão mais um dia de atividade em Plenário.

As comissões encerram os trabalhos hoje, com reunião da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA). Será o 13º seminário do ciclo de palestras e debates da comissão, a ser realizado na cidade de Ji-Paraná (RO), sobre associativismo e cooperativismo como instrumento de apoio aos produtores rurais da região.

Para o segundo semestre, as atenções estarão voltadas para projetos como o do novo Código Florestal brasileiro, o que regulamentará a entrada das empresas de telefonia no mercado de TV por assinatura (PLC 116/10) e o que criminaliza a homofobia (PLC 122/06), entre outros. Esse último, aprovado sob polêmica na Câmara dos Deputados, já começou a ser analisado neste semestre em audiências públicas, mas ainda não foi votado nas comissões permanentes nem no Plenário.

Reforma e MPs

Neste semestre, alguns debates tiveram destaque, entre eles as propostas da reforma política, boa parte já votada na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

Outra discussão importante tratou da votação de medidas provisórias na Casa. Por muitas vezes, as medidas foram apreciadas no Senado em menos de uma semana. Para resolver a questão, deve ser

votada no segundo semestre a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 11/11, que altera o rito de tramitação das MPs, dando ao Senado mais tempo de análise.

Entre as votações que marcaram o Senado, estão a do Projeto de Lei da Câmara 1/11, que reajustou o salário mínimo e a MP do Trem Bala (PLV 7/11), que autorizou financiamento de até R\$ 20 bilhões do BNDES para o trem-bala entre Campinas (SP) e Rio de Janeiro. Nos últimos dias, teve destaque a MP da Copa (PLV 17/11), que flexibilizou as regras de licitação para as obras do Mundial de 2014.

Pesar

O semestre também foi pontuado por duas perdas. No início de janeiro, faleceu o senador Eliseu Resende, aos 81 anos, vítima de um tumor no intestino. Seis meses depois, no dia 2 de julho, o senador Itamar Franco morreu em decorrência de um acidente vascular cerebral (AVC). O ex-presidente da República também tinha 81 anos.

Marisa Serrano (PSDB-MS) renunciou ao mandato para tomar posse como conselheira do Tribunal de Contas de Mato Grosso do Sul. Já Gleisi Hoffmann (PT-PR) licenciou-se para assumir a Casa Civil da Presidência. A senadora juntou-se aos colegas Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) e Edison Lobão (PMDB-MA), que deixaram o Senado no início do ano para assumir os ministérios da Previdência Social e de Minas e Energia, respectivamente. No caminho inverso, o senador Alfredo Nascimento (PR-AM) retomou o mandato depois de deixar a pasta dos Transportes.



Para Eunício, sistema de comunicação é essencial para mandato parlamentar



Paulo J.S. Ferraz/CC

Muitas das cercas eletrificadas são ligadas diretamente às redes de baixa tensão da rua, o que as torna muito perigosas

CI aprova certificação pela ABNT das cercas elétricas

Projeto que agora será examinado pela CAS exige que dispositivos instalados obedçam a normas técnicas para evitar risco de morte das pessoas que os toquem

JÁ VOTADO NA Câmara, o projeto de lei que exige a adaptação das cercas elétricas às regras da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) foi aprovado ontem pela Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI) e, agora, será examinado na de Assuntos Sociais (CAS). Um dos argumentos utilizados na defesa dessa proposta (PLC 52/10) enfatiza o risco que muitas dessas cercas oferecem à vida das pessoas.

O projeto foi apresentado em 2008 pelo então deputado federal Silvinho Peccioli, hoje prefeito do município de Santana de Parnaíba (SP). Já o parecer aprovado ontem foi apresentado pelo senador Walter Pinheiro (PT-BA).

De acordo com o parecer, há cercas eletrificadas que podem causar mortes porque estão conectadas diretamente a redes de baixa tensão da concessionária de distribuição de energia. Já as cercas elétricas instaladas conforme as normas da ABNT não seriam perigosas, “em razão de o choque ser de baixa corrente, pulsante, e com pulso

de pequena duração; isso significa que quem entrar em contato com a parte ‘viva’ da cerca será repellido abruptamente, mas sem risco de morte”.

Ainda segundo o parecer, o projeto preenche um vácuo legal, pois na maior parte do país não existem leis que disciplinem o assunto.

Também foram promovidas alterações no texto. Uma delas retirou a exigência de que a instalação das cercas seja feita por empresa ou profissional legalmente habilitado. De acordo com o parecer, a legislação existente já trata do assunto.

Balço da CI

Durante a reunião de ontem, a senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) fez um breve balanço das atividades da Comissão de Serviços de Infraestrutura, da qual se tornou presidente em março passado (*veja ao lado*). Segundo ela, foram realizadas neste ano 28 reuniões, das quais 11 foram audiências públicas. Lúcia Vânia destacou também que a comissão aprovou nesse período 67 proposições.

Telefone da Polícia Rodoviária deve ser afixado nas estradas

O PLC 30/10, que exige a divulgação do número de telefone da Polícia Rodoviária Federal ao longo das estradas federais, também foi aprovado ontem pela CI e, agora, será examinado na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), onde receberá decisão terminativa.

A proposta, que já foi aprovada na Câmara dos Deputados, determina que serão afixadas placas informativas nas rodovias federais com o telefone de emergência da Polícia Rodoviária Federal ou o do posto policial responsável pelo respectivo trecho rodoviário.

Quando apresentou o proje-

to, em 2008, o então deputado Dr. Nechar argumentou que muitas mortes provocadas por acidentes poderiam ser evitadas se o socorro chegasse a tempo. E essa demora, alegou, muitas vezes ocorre porque não se conhece o telefone de emergência da polícia.

O parecer aprovado ontem na CI promove modificações importantes no texto. A principal mudança transforma a proposta – que inicialmente criava uma lei autônoma – em um item do artigo 20 do Código de Trânsito Brasileiro (Lei 9.503/97). O relatório foi lido pela senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM).

Lúcia Vânia destaca obras da Copa e Dnit

No Plenário, a senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) fez ontem um balanço das atividades deste ano da Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI), da qual é presidente.

Entre as 11 audiências públicas, a parlamentar destacou a que tratou do Regime Diferenciado de Contratações (RDC) para obras públicas da Copa de 2014 e das Olimpíadas de 2016 e a que ouviu esclarecimentos do diretor-geral do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit), Luiz Antônio Pagot, sobre denúncias de superfaturamento de obras no Ministério dos Transportes.

Lúcia Vânia lembrou que a comissão também debateu a situação da infraestrutura aeroportuária e o programa nuclear. Para a senadora, a CI teve a sensibilidade de antecipar discussões de grande impacto social e econômico, como a renovação de concessões de energia elétrica, prevista para ocorrer em 2015.

– Foram reuniões produtivas, não somente pelos esclarecimentos, mas também pelas possíveis soluções apontadas pelos debatedores – afirmou.



Donovan Marinho/Senado Federal

Lúcia Vânia: debates na CI trouxeram propostas de soluções

Rollemberg vê evolução no debate sobre Código Florestal

Rodrigo Rollemberg (PSB-DF) fez ontem balanço dos trabalhos desenvolvidos no primeiro semestre pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA), presidida por ele. Segundo o senador, a comissão realizou 27 reuniões, das quais 18 foram audiências públicas, incluindo cinco para tratar do Código Florestal (PLC 30/11).

Para Rollemberg, a oportunidade de ouvir o relator da reforma do Código Florestal na Câmara, deputado Aldo Rebelo (PCdoB-SP), e a ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira, além de representantes dos produtores rurais e da comunidade científica, foi um grande avanço na discussão.

Ele disse estar confiante de que o Senado terá a capacidade de produzir um texto resultante de grande entendimento, graças ao “entrosamento entre a CMA e a Comissão de Agricultura (CRA), que têm procurado realizar essas



Waldemir Borretto/Senado Federal

Rollemberg também destaca termo de ajuste com a Eletronuclear

audiências públicas de forma conjunta”.

O senador lembrou que, a partir da preocupação com o desastre ocorrido na usina nuclear de Fukushima, no Japão, a CMA nomeou comissão especial externa para averiguar as medidas de segurança do programa nuclear brasileiro. Para ele, a CMA inovou ao firmar termo de ajuste entre o presidente da Eletronuclear e os senadores que compuseram a comissão externa.

Vanessa lembra que Zona Franca é essencial ao Amazonas

Os cinco primeiros meses de seu mandato foram analisados ontem pela senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM). Ela lembrou que um dos temas a que mais se dedicou foi a defesa dos interesses da Zona Franca de Manaus, que, como assinalou, representa de 95% a 98% da economia do Amazonas.

– Não há representante do Amazonas que não tenha como colocar esse tema como uma questão prioritária para o seu mandato, mesmo porque a Zona Franca não é um projeto de desenvolvimento estabelecido ou preestabelecido pelo governo estadual. É um projeto estabelecido pelo governo federal há 44 anos – disse.

Vanessa informou ter apresentado 23 projetos de lei, 3 projetos de resolução, 4 propostas de emenda constitucional, além de 55 requerimentos. Entre os projetos, destacou o



Waldemir Borretto/Senado Federal

Vanessa apresentou 23 projetos de lei e 4 emendas à Constituição

que concede às mulheres entre 9 e 45 anos o direito de receber gratuitamente a vacina para imunização contra o papilomavírus humano (HPV) pelo Sistema Único de Saúde (SUS).

Com relação às propostas de emenda à Constituição, ressaltou a PEC 58/11, que equipara os direitos dos empregados domésticos aos dos demais trabalhadores.

Walter Pinheiro pede fim da “ditadura das lideranças”

Walter Pinheiro (PT-BA) apresentou contas dos primeiros meses de mandato e defendeu mais diálogo e participação na relação entre os líderes partidários e os senadores das bancadas.

– [Desejo] o fim da ditadura das lideranças no processo de condução dos trabalhos nas Casas legislativas – disse.

Na opinião do senador, erra quem pensa que a produção legislativa só pode ser medida pelo número de proposições aprovadas em Plenário, já que a vida ativa da Casa se dá nas comissões. Na manhã de ontem, quando o Congresso já se preparava para o recesso, quatro comissões funcionaram

a pleno vapor, afirmou. Por isso, é fundamental que o Parlamento tenha capacidade de divulgar esse trabalho.

O bom trabalho do Congresso, segundo Walter Pinheiro, precisa ser medido em ações como a de vincular o Brasil sem Miséria – lançado pelo governo federal para incluir 16 milhões de brasileiros – a outros projetos em tramitação, como o Plano Nacional de Banda Larga. Outros debates importantes dizem respeito à fixação do piso salarial de agentes comunitários de saúde, professores e médicos, ou à aprovação da política de reajuste do salário mínimo.

Sérgio Souza destaca benefícios para microempreendedores

Sérgio Souza (PMDB-PR) elogiou a aprovação pela Câmara dos Deputados, no dia 6, do projeto de lei de conversão (PLV 19/11) proveniente da medida provisória (MP 529/11) que possibilita tratamento diferenciado no recolhimento previdenciário para os microempreendedores individuais. Ele também enalteceu o acolhimento da emenda da então

senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR), hoje ministra da Casa Civil da Presidência da República, que estendeu o mesmo tratamento às donas de casa de baixa renda.

– Espero que, na volta do recesso, o Senado possa agilizar ao máximo a tramitação dessa matéria e aprovar, se possível, com a unanimidade da Casa, todas estas conquistas para a sociedade brasileira.

Sérgio Souza disse que, a partir da MP, ficaram estabelecidas as regras para o caso de o microempreendedor individual pretender contar o tempo de contribuição correspondente para fins de obtenção da aposentadoria.

Ele assinalou que o PLS 81/11, de Gleisi Hoffmann, garante uma transição no período de carência exigido atualmente para aposentadoria das donas de casa de baixa renda.



Senador lembra que donas de casa também podem ser beneficiadas

Waldemir Barreto/Senado Federal

Alvaro Dias alerta para o baixo índice de crescimento do Brasil

Alvaro Dias (PSDB-PR) disse que o Brasil desperdiçou as oportunidades de crescimento que teve na fase áurea de desenvolvimento econômico mundial, ocorrida há alguns anos, e lamentou a posição de “lanterninha” que o país ocupará este ano entre os seus vizinhos da América Latina.

O senador citou números

do relatório divulgado pela Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal) segundo o qual o Brasil será, junto com a Guiana, o país que registrará o menor crescimento da América do Sul este ano, com expansão de 4%. O Panamá, por sua vez, deverá registrar o maior crescimento na região, com 8,5%, seguido da Argentina, com 8,3%. Para o ano que vem, estima-se que o Brasil repetirá o crescimento de 4%.

– Certamente os governistas continuarão a alardear que o Brasil cresce de forma extraordinária – disse o senador.

O estudo da Cepal, assinalou, alerta para a necessidade de conter a inflação e destaca a vulnerabilidade da região diante da especulação, que pode causar bolhas financeiras imobiliárias.



Alvaro compara índice brasileiro com o de países da América do Sul

Waldemir Barreto/Senado Federal

Cristovam ainda vê fragilidade na economia brasileira

Cristovam Buarque (PDT-DF) fez uma avaliação das mudanças na economia mundial nas últimas quatro décadas e disse que hoje “há muitas surpresas ao olhar ao redor”.

O senador lembrou que, quando começou a estudar economia, há 40 anos, a China estava mergulhada na Revolução Cultural e a Europa começava a se recuperar da 2ª

Guerra Mundial, envolvida na crise da divisão da Alemanha.

Hoje, disse o parlamentar, os jornais noticiam que a China cresce a taxas de 9% ao ano, graças ao consumo de sua classe média, e os Estados Unidos sofreram um rebaixamento na classificação de credibilidade na economia internacional.

– Isso seria inacreditável poucos anos atrás – afirmou o senador.

Ele lembrou a “evolução do Brasil nessas notas”, já que o país subiu da segunda para a primeira categoria, embora nas últimas posições. Cristovam disse que é como se um time fosse da segunda para a primeira divisão, mas ficasse “na lanterna”. De acordo com o senador, essa nota inspira preocupação no Brasil.

– Não aprendemos as lições que são dadas todos os dias no mundo – lamentou.



Para Cristovam, situação atual seria “inacreditável poucos anos atrás”

Waldemir Barreto/Senado Federal

Rede de informações oferecerá aos cidadãos e ao próprio poder público a possibilidade de acompanhar obras e contratos da competição, desde a licitação até a execução



Ministro Orlando Silva fala na solenidade, diante do senador Rodrigo Rollemberg (D) e do deputado e ex-jogador Romário

José Cruz/Senado Federal

Site da CMA monitora gastos da Copa e amplia fiscalização

PARA FACILITAR O acompanhamento dos gastos com as obras da Copa do Mundo de 2014, a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) do Senado lançou ontem o Portal de Transparência da Copa de 2014 (www.copatransparente.gov.br).

Instituído por ato da CMA, o site contará com dados cadastrais, informações financeiras, processos licitatórios, cronogramas, relatórios e cumprimento de metas de todas as obras federais, estaduais e municipais relacionadas ao Mundial de 2014.

A ideia é que o site funcione como uma rede de informações que disponibilizará tanto para os cidadãos quanto para o poder público dados sobre rodovias, estádios, aeroportos, portos e demais obras e contratos relacionados ao evento. Segundo o presidente da CMA, Rodrigo Rollemberg (PSB-DF), com essa ferramenta será possível acompanhar desde a licitação até a execução das obras.

– A transparência é a forma mais eficaz e eficiente de combater a corrupção e garantir a boa aplicação dos recursos públicos. Nesse portal estarão todos os dados relativos à Copa – enfatizou o parlamentar.

Desenvolvido pela Secretaria Especial de Informática do Senado Federal (Prodasen), o portal conta com o apoio do Tribunal de Contas da União (TCU) e dos tribunais de contas dos estados e municípios envolvidos com a organização da Copa de 2014. Ele será alimentado com informações fornecidas pelos gestores dos contratos relativos às obras da Copa em cada um dos estados e municípios que serão sede do Mundial.

Cidadão e fiscal

O portal conta ainda com um espaço para o cidadão enviar sugestões ou denúncias.

– A internet é uma das principais formas de acesso que a população tem a esse tipo de informação, porque permite um nível de detalhamento que outras mídias não permitem. Tanto a pessoa pode ver o valor global

de uma obra como o preço unitário de cada parte daquela obra – explicou o ministro José Jorge, do TCU.

Para o presidente da Subcomissão de Acompanhamento da Copa, que funciona no âmbito da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR), Blairo Maggi (PR-MT), o site permitirá que todos os cidadãos atuem como agentes fiscalizadores da preparação para o Mundial.

– Essa ferramenta vai fazer com que todo cidadão brasileiro tenha o direito e o dever de acompanhar as obras. Eles poderão inclusive comparar os custos das obras em diferentes estados – ressaltou o senador.

Em nome da presidente da República, o ministro do Esporte, Orlando Silva, saudou a iniciativa e disse que o portal contribuirá no processo de aperfeiçoamento dos empreendimentos e na fiscalização do cronograma da Copa.

– Além da capacidade de execução das obras, o Brasil tem que mostrar a capacidade de execução com transparência – apontou.

A ampliação da transparência das obras também foi apontada pelo governador do Distrito Federal, Agnelo Queiroz, como um dos benefícios dessa iniciativa. Ele garantiu que o GDF repassará todas as informações relativas ao Mundial.

– Essa ideia de fato vai dar toda transparência ao evento. Que o Brasil se saia bem dentro de campo, mas também fora dele – disse Agnelo Queiroz.

A iniciativa atende a instrução normativa do TCU, que impõe aos gestores públicos o cadastramento das ações e atualização periódica dos dados sobre a evolução dos gastos e da execução dos empreendimentos.

Participaram também do evento o vice-presidente da Subcomissão Temporária de Fiscalização da Copa do Mundo de 2014 e dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016, Ataídes Oliveira (PSDB-TO), senadores, deputados e representantes da Confederação Brasileira de Futebol (CBF).

Casildo quer informar tributos no cupom fiscal

Casildo Maldaner (PMDB-SC) apresentou ao Plenário ontem projeto de lei que visa garantir a transparência fiscal no país. A proposta, explicou o senador, é discriminar no cupom ou nota fiscal de um produto o montante de impostos incluídos em seu valor de venda a varejo. Para o parlamentar, o projeto “tira o consumidor da era das trevas”, esclarecendo quanto, afinal, é pago em tributos.

Ele afirmou que a população não sabe, por exemplo, que, ao comprar um carro, 43,63% do preço pago é decorrente de impostos. Ou que os tributos representam 36% do preço do café e 42,27% do preço do sabão em pó.

– Acreditamos que a transparência fiscal, que já é realidade nos países da União Europeia, nos Estados Unidos e em alguns países do Mercosul, pode contribuir para a conscientização do contribuinte brasileiro, que poderá exercer com plenitude o direito de cobrar ações dos governantes.

Ao adquirir qualquer produto, será inserido no cupom fiscal quanto se pagou de impostos. Com isso, diz o senador, será possível evitar a sonegação e estimular a formalidade, reduzindo a carga tributária e barateando o próprio produto.



Casildo: combate à sonegação e redução da carga tributária

Waldemir Barreto/Senado Federal



Senador aponta "desmandos e roubos" na saúde do estado

Mozarildo cobra medidas contra corrupção em RR

Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) voltou a reiterar ontem denúncias de irregularidades na Secretaria da Saúde de Roraima, cobrando providências das autoridades quanto aos "desmandos e roubos" que, segundo o senador, vem ocorrendo no setor.

Ao comentar decisão recente da secretaria de Saúde de cancelar todas as operações previamente agendadas no Hospital Geral de Roraima e na maternidade local em decorrência da falta de material cirúrgico, Mozarildo disse que a medida causa apreensão nos médicos e prejudica a população, que relata casos de pacientes em estado grave que esperam por uma cirurgia de câncer há mais de quatro meses.

O adiamento de cirurgias vem ocorrendo com frequência no Hospital Geral de Roraima e no Hospital Materno Infantil Nossa Senhora de Nazareth, principais unidades do estado. Em relação à falta de material cirúrgico, a secretaria de Saúde informa que, das 21 empresas vencedoras das licitações, somente três entregaram os itens, o que prejudicou os serviços prestados pelo Sistema Único de Saúde (SUS), informa a imprensa local.

Em março, lembrou Mozarildo, a Polícia Federal, a pedido dos ministérios públicos Federal e de Roraima, constatou um rombo inicial de R\$ 30 milhões, além de ter efetuado a prisão de empresários e funcionários do segundo e terceiro escalões.

– O governador fez um jogo de cena, antes mesmo da operação, dizendo que iria colaborar com tudo. Trocou o secretário de Saúde, botou [no lugar] o secretário da Fazenda, até para sinalizar que iria botar em ordem a casa. Nós já estamos em julho, e a situação está cada vez pior – afirmou.

Especialistas reunidos para debater deficiências do SUS avaliam que legislação relativa a determinadas doenças, por exemplo, especificam direitos e podem fragmentar o setor

Leis em excesso podem criar privilégios na saúde

O CRESCIMENTO DO número de projetos e de leis obrigando o Sistema Único de Saúde (SUS) a instituir políticas para atendimento de determinadas doenças, fornecer medicamentos e disponibilizar procedimentos e tratamentos específicos foi criticado em audiência pública realizada ontem. O objetivo foi debater as deficiências do SUS e apontar soluções estruturais para promover melhorias em todas as etapas do atendimento médico.

O consultor legislativo do Senado Luiz Carlos Romero disse na Subcomissão Permanente de Promoção, Acompanhamento e Defesa da Saúde que esse

fenômeno poderá produzir um ordenamento jurídico sanitário muito fragmentado. Segundo ele, grupos e associações de pacientes mais organizados e com mais recursos conseguem leis específicas que contemplem seus interesses, em detrimento de outros setores, menos organizados.

Romero disse que um especialista no assunto, Geraldo Lucchese, considerou esse fenômeno como caracterizador de uma tendência ao agravamento da desigualdade da atenção à saúde dos brasileiros "ou, em outras palavras, uma afronta ao princípio da equidade".

Outro participante da au-

diência, o especialista em Direito Sanitário Marco Aurélio Torronteguy, citou pesquisa publicada no site Observatório da Saúde no Legislativo sobre 1.368 proposições apresentadas desde 2007. Segundo ele, parte das propostas trata de direitos específicos (isenções tributárias, auxílio-doença e gratuidade de medicamentos) para doenças ou situações específicas (leishmaniose, diabetes e hipertensão, entre outras).

Marco Aurélio chama o fenômeno de "especificação dos direitos", o que ocorre quando estes "passam a tutelar situações concretas e não apenas o ser humano em abstrato".



Paulo Duarte Amarante (E), senador Eduardo Amorim e Valcler Rangel Fernandes: tendência é de maior desigualdade

"Sistema está engessado e sem controle social"

Paulo Duarte Amarante, editor-chefe da revista *Saúde em Debate*, do Centro Brasileiro de Estudos de Saúde (Cebes), afirmou que foi a entidade que lançou, em 1979, a ideia do SUS. Ele observou que, passados 20 anos da implantação do sistema, o controle social sobre seu funcionamento está totalmente engessado. Amarante condenou também a "terceirização do SUS" por meio de convênios com organizações da sociedade civil.

O vice-presidente de Ambiente, Atenção e Proteção à Saúde da Fundação Oswaldo Cruz, Valcler Rangel Fernandes, disse que as alternativas de gestão não podem substituir a ação do Esta-

do na saúde. Ele fez um balanço do SUS, destacando a queda na mortalidade por doenças crônicas não transmissíveis de 2% ao ano, de 1996 a 2007; as ações de controle do tabagismo; a queda de 81% na mortalidade por tétano de 1980 a 2007; a redução em 95% dos óbitos por diarreia em menores de um ano, de 1980 a 2005; e a interrupção da transmissão vetorial da doença de Chagas em 2006.

Modelo

Fernandes defendeu um novo modelo para o SUS com base no que chamou de evolução do perfil de morbidade/mortalidade. Segundo ele, há um predomínio

crescente das doenças crônicas, mudando o paradigma da cura para o cuidado.

Conforme o representante da fundação, o aumento da população idosa leva à necessidade de configuração de espaços institucionais de longa permanência e cuidados paliativos.

Um dos elementos-chave do novo modelo, acrescentou, deve ser a introdução de mecanismos de avaliação do desempenho do sistema de saúde em seus diferentes pontos.

A audiência na subcomissão, que funciona na Comissão de Assuntos Sociais (CAS), foi presidida por Humberto Costa (PT-PE) e Eduardo Amorim (PSC-SE).



Geovani afirma que João e Janete já foram condenados pela Justiça

Geovani acusa casal Capiberibe de crime eleitoral

Geovani Borges (PMDB-AP) afirmou que a Justiça já comprovou que João Capiberibe e Janete Capiberibe (que nesta semana tomou posse na Câmara dos Deputados) cometeram crime eleitoral em 2002, tendo seus mandatos cassados em virtude da decisão transitada em julgado.

Ele disse que o então senador Capiberibe teve seu mandato cassado em 2005 pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE), o mesmo ocorrendo, em 2006, com a então deputada federal Janete Capiberibe. Ambas as cassações foram por delito eleitoral de compra de votos no pleito de 2002, decisões confirmadas pelo Supremo Tribunal Federal (STF).

– O casal Capiberibe insiste em questionar a decisão que os tornou inelegíveis. Sua principal estratégia de defesa é a desqualificação das duas testemunhas, Maria de Nazaré Oliveira e Rosa Saraiva dos Santos. O casal Capiberibe, que comprou os votos dessas duas senhoras por R\$ 26, insiste em acusá-las de terem sido cooptadas pelo PMDB a prestarem seus depoimentos – disse Geovani, acrescentando que ambas as testemunhas confirmaram a compra de votos inúmeras vezes à Justiça e à imprensa.

Mas as provas contra os Capiberibe não se restringem a esses depoimentos, diz o senador, pois outras ampararam a decisão do TSE, como indicam pareceres da Procuradoria-Geral Eleitoral. Uma delas se refere à apreensão, na residência de correligionárias do casal, de R\$ 15,5 mil, "distribuídos em sacolas com nomes de potenciais eleitores". Ainda de acordo com Geovani, João Capiberibe "tentou cooptar as duas testemunhas para que mudassem seus depoimentos, mas não obteve sucesso"

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
 1º vice-presidente: Marta Suplicy
 2º vice-presidente: Wilson Santiago
 1º secretário: Cicero Lucena
 2º secretário: João Ribeiro*
 3º secretário: João Vicente Claudino
 4º secretário: Ciro Nogueira
 Suplentes de secretário: Gilvam Borges*, João Durval, Maria do Carmo Alves e Vanessa Grazziotin

Diretora-geral: Doris Peixoto
 Secretária-geral da Mesa: Claudia Lyra

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida por Vanessa Grazziotin • Geovani Borges • Sérgio Souza • Cristovam Buarque

* Licenciados

SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Fernando Cesar Mesquita
 Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

AGÊNCIA SENADO

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327
 Chefia de Reportagem: Teresa Cardoso e Milena Galdino
 Edição: Moisés Oliveira e Nelson Oliveira
 Site: www.senado.gov.br/agencia

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333
 Editor-chefe: Flávio Faria
 Editores: José do Carmo Andrade, Juliana Steck, Suely Bastos e Sylvio Guedes
 Diagramação: Iracema F. da Silva e Ronaldo Alves
 Revisão: André Falcão, Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Miquêas D. de Moraes, Pedro Pincer e Silvio Burle
 Reportagem: Cintia Sasse
 Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino
 Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez
 Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Site: www.senado.gov.br/jornal – E-mail: jornal@senado.gov.br
 Tel.: 0800 61 2211 – Fax: (61) 3303-3137

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar – Brasília, DF
 CEP: 70.165-920

Impresso em papel reciclado pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações - SEEP

Indicado para o posto em Nova Délhi diz que expansão econômica dos dois países tem muito a ganhar com a diversificação do comércio bilateral



Fotos de Geraldo Magalhães/Senado Federal

Indicado para a Índia, Carlos Sérgio Sobral Duarte (E) expõe seus planos de trabalho, observado pelo senador Fernando Collor e pelo futuro embaixador em São Tomé e Príncipe, José Carlos de Araújo Leitão

CRE aprova embaixadores para Índia e São Tomé

A COMISSÃO DE Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) aprovou ontem as indicações de Carlos Sérgio Sobral Duarte e José Carlos de Araújo Leitão para o cargo de embaixador na Índia e em São Tomé e Príncipe, respectivamente. Duarte ainda vai exercer cumulativamente a função no Butão. A decisão da CRE ainda depende de ratificação em Plenário.

Na avaliação de Duarte, o momento atual é favorável ao crescimento econômico do Brasil e da Índia. Ele disse que a expansão econômica poderá ser feita com a diversificação do comércio entre os dois países. O embaixador também defendeu o fortalecimento de acordos bilaterais já firmados nas áreas de comércio, ciência e tecnologia e saúde, entre outros.

Potência econômica

A Índia, como lembrou Duarte, é a quarta maior economia do mundo e possui produto interno bruto (PIB) de US\$ 4 trilhões. O crescimento econômico em 2010 foi de cerca de 8%. Essas condições, destacou, despertaram grande interesse em firmar parcerias com o país.

No que se refere ao Butão, o indicado destacou que o país, localizado entre a Índia e a China, no coração da Ásia, adota a monarquia e mantém relações apenas com 22 países, entre os quais o Brasil – único das Américas.

O futuro embaixador José Carlos Leitão, por sua vez, lembrou que as ilhas de São Tomé e Príncipe formam um país lusófono e que, por isso, é um dos oito membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), ao lado de Angola, Brasil, Guiné-Bissau, Cabo Verde, Moçambique, Portugal e Timor Leste. Estabelecer cooperação com o país, por meio da Petrobras, para exploração de petróleo em alto mar também está entre as ações que o indicado pretende implementar.

Leitão informou que a descoberta de petróleo no mar territorial africano poderá transformar a região em grande produtora e, se isso ocorrer, São Tomé e Príncipe ganhará importância estratégica.

A CRE deverá analisar, depois do receso, as indicações de Marco Antônio Diniz Brandão e Maria Dulce Silva Barros para embaixadores no Egito e na Costa Rica, respectivamente. O primeiro diplomata acumulará a função na Somália e na Eritreia.

Senadores vão debater crise norte-americana

Por solicitação de Cristovam Buarque (PDT-DF), a Comissão de Relações Exteriores (CRE) vai discutir a crise financeira vivida pelos Estados Unidos e sua influência nos mercados mundiais. O governo Barack Obama está tentando obter do Partido Republicano, de oposição, apoio para elevar o limite de rolagem dos títulos do Tesouro dos EUA, de modo a continuar honrando os pagamentos a investidores.

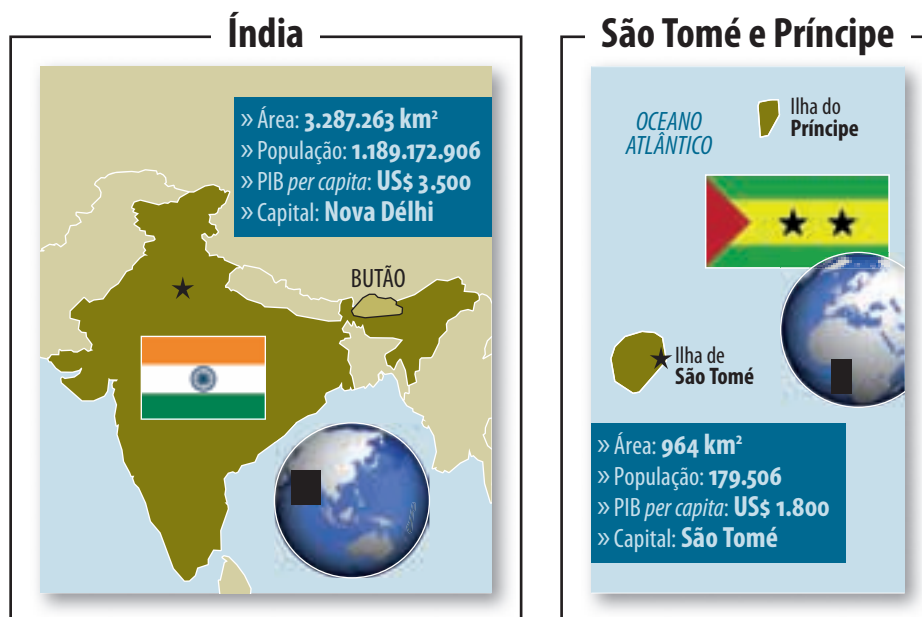
A hipótese de o governo norte-americano dar um calote vem sendo discutida por especialistas, pelo mercado e pela imprensa, mas há quem a considere absurda. No centro do debate, estão as empresas de classificação de risco, que já anunciam rebaixamento do conceito dos EUA como devedores caso isso venha a ocorrer, ainda que por um curto período.

A audiência da CRE vai abrir o ciclo de debates para analisar, no segundo semestre, a economia dos EUA, ainda hoje considerada a mais importante do planeta.

Cristovam disse que os EUA vêm perdendo credibilidade desde a crise financeira mundial de 2008. Em sua avaliação, o quadro atual é similar à crise de 1929, que muitos anos antes do colapso já apresentava sintomas. Países da Europa passam por problemas econômicos e o Brasil deve estar preparado para enfrentar situações financeiras adversas nos próximos anos, alertou o senador.

A crise deve ser discutida em encontro com todos os parlamentos do mundo, sugeriu Walter Pinheiro (PT-BA). Reunião com esse objetivo deve acontecer na conferência Rio+20, em junho de 2012, de acordo com o presidente da CRE, Fernando Collor (PTB-AL).

Pinheiro disse que, devido à transmissão simultânea de impactos econômicos, os problemas da Itália e da Grécia podem acabar afetando o Brasil.



Fonte: CIA World Factbook

Senado conhecerá processo de inclusão digital da Suécia



Senador Walter Pinheiro foi indicado pela CRE para integrar comitiva do Ministério das Comunicações

Walter Pinheiro (PT-BA) foi indicado, ontem, pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) para acompanhar comitiva do Ministério das Comunicações a Estocolmo, Suécia.

A visita acontecerá de 24 a 27 deste mês e tem o objetivo de conhecer a ampliação do serviço de banda larga naquele país.

O senador acredita que o Brasil poderá se beneficiar da experiência sueca no que diz respeito à infraestrutura para levar banda larga a todas as regiões brasileiras. O país tem cerca de 30 milhões de pessoas sem acesso a informação, especialmente nas regiões Norte e Nordeste. Mesmo em São Paulo, afirmou Pinheiro, existem brasileiros excluídos da utilização de sistemas de informação.

– Não dá para falar no Brasil sem Miséria [programa federal de inclusão social] com 30 milhões de brasileiros sem inserção tecnológica – observou o parlamentar.



Geraldo Martins, da Fertibom; Odacir Klein, da Ubrabio; senador Acir Gurgacz; Rubens Freitas, da ANP; e Rodrigo Prosdócimo, da Bio Óleo: das 67 usinas autorizadas a operar, 44 são pequenas e médias

Márcio Kallume/Senado Federal

Pequenas usinas de biodiesel pressionam por mercado maior

Representantes de pequenas e médias usinas do combustível renovável defenderam novo marco legal para o setor, de forma a ampliar participação na matriz energética

PEQUENAS E MÉDIAS usinas de biodiesel querem mudanças no marco legal do setor, para reverter a redução do mercado nacional e afastar o risco de inviabilização de muitas delas. Para o governo, o problema resulta do fato de a capacidade instalada das usinas ser três vezes superior à demanda.

Empresários e autoridades do setor discutiram o problema em audiência pública da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA), realizada ontem. As usinas querem aumentar o percentual mínimo obrigatório de biodiesel que deve ser misturado ao óleo diesel, hoje fixado em 5% e conhecido como B5.

O governo pondera que qualquer aumento desse percentual elevará o preço do óleo diesel, com impacto indireto sobre a inflação.

A lei que determinou a adição de 5% de biodiesel ao óleo diesel (Lei 11.097/05) previa a obrigatoriedade a partir de 2010, mas a medida foi adotada já em 2008, por conta da grande oferta nacional, fruto de incentivos do Programa Nacional de Produção de Biodiesel.

Além de ampliar o uso de combustível renovável na matriz energética, o programa do biodiesel buscou fortalecer a agricultura familiar, ao instituir o Selo Combustível Social, dado à usina que comprar pelo menos 30% de sua matéria-prima da produção familiar. Conforme regras do programa, 80% das aquisições nos leilões de biodiesel promovidos pelo governo devem ser de produtos com selo.

No debate, o senador Blairo Maggi (PR-MT) disse que só as grandes usinas conseguem obter

o selo e usufruir das isenções fiscais atreladas ao mecanismo, uma vez que, para a compra de matéria-prima de agricultores familiares, a usina deve oferecer suporte e assistência técnica.

Confirmando essa preocupação, Rodrigo Prosdócimo, da Bio Óleo Ltda., informou que, das 67 usinas de biodiesel autorizadas a operar, 44 são pequenas e médias, das quais apenas um terço tem o Selo Combustível Social. Prosdócimo, Odacir Klein, presidente executivo da União Brasileira do Biodiesel (Ubrabio), Geraldo Martins, diretor da Fertibom, e Adilton Domingues, da Cooperbio, pediram mudanças no marco regulatório e tratamento diferenciado para pequenos produtores de biodiesel. Eles querem maior percentual do produto na mistura de óleo diesel e cotas nos leilões.

Diversificar matéria-prima é meta importante

A capacidade de diversificar a matéria-prima usada na produção de biodiesel foi uma das principais qualidades das pequenas e médias usinas apontadas no debate. Hoje, 83% da produção vêm da soja e 14% de sebo bovino. Ricardo Dornelles, do Ministério de Minas e Energia, assinala que, se excluir a soja do processo, outros óleos, como de girassol, mamona, amendoim e canola, não sustentam o percentual mínimo (B5) hoje exigido. No entanto, reconhece a importância de diversificar a fonte de matéria-prima, especialmente para promover novos arranjos produtivos.

Ele lembra que o Brasil importava óleo de mamona no início do programa e hoje é exportador do produto, com pequeno uso na produção de biodiesel e maior participação em outros mercados.

Produto é comercializado por meio de leilões públicos

O representante da Agência Nacional de Petróleo e Biocombustíveis (ANP) Rubens Cerqueira Freitas explicou que o biodiesel é comercializado por meio de leilões públicos. A agência estabelece o preço máximo, a Petrobras compra pelo preço mais baixo e faz o releilão às distribuidoras, que então fazem a mistura ao óleo diesel e vendem ao consumidor.

No último leilão, informou, foram adquiridos 700 milhões de litros de biodiesel, tendo sido pagos R\$ 2,25 por litro de produto com selo e R\$ 2,02 pelo litro sem selo. A diferença entre oferta e demanda, frente a uma capacidade instalada nas usinas três vezes superior à demanda, torna o leilão mais competitivo, disse.

Ricardo Dornelles, do Ministério de Minas e Energia, lembrou que o litro do diesel pago pelas distribuidoras está em torno R\$ 1,50, e um aumento no percentual de biodiesel elevará esse

preço final do óleo combustível.

– O governo busca medidas para viabilizar maior participação de combustível renovável na matriz energética, mas não é decisão simples. Se fosse, já teria sido tomada – disse Cerqueira.

Jayme Campos (DEM-MT) questionou autorizações para instalações industriais de produção de biodiesel muito acima das necessidades do B5. Para ampliar as oportunidades de mercado, Pedro Taques (PDT-MT) lembrou projeto de sua autoria (PLS 135/11) que prevê o uso de biocombustíveis em aviões.

Na opinião de Delcídio Amaral (PT-MS), os benefícios do uso do biodiesel podem justificar subsídios aos produtores. Ele também apoiou a adoção de cotas para pequenas usinas nos leilões.

Segundo Casildo Maldaner (PMDB-SC), no preço do biodiesel estão embutidos benefícios ambientais e à saúde da população, por conta da redução de emissões de gases poluentes.

Delcídio confia na aprovação da reforma tributária “fatiada”

Ao comemorar o resultado “muito positivo” dos trabalhos do Congresso Nacional no primeiro semestre, o senador Delcídio do Amaral (PT-MS), comentou ontem os principais temas econômicos que, segundo ele, vão ocupar a atenção dos parlamentares no restante do ano. Delcídio fez também, em seu discurso, uma avaliação favorável dos seis meses do governo da presidente Dilma Rousseff.

Na avaliação de Delcídio, a apreciação e votação do Projeto de Resolução do Senado Federal (PRS) 72/10, que estabelece incentivos fiscais para importações no âmbito do Imposto de Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços (ICMS), representará um grande avanço na reforma do sistema tributário do país.

– Esse projeto, sem dúvida nenhuma, deverá ser o grande projeto da reforma tributária fatiada que votaremos. Vai ser o início da implementação de outras propostas vitais para o futuro do Brasil – disse.

O senador, que preside a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), se mostrou favorável à rediscussão no Congresso da distribuição dos royalties do pré-sal. Para ele, os royalties do petróleo devem ser distribuídos com todos os estados da Federação, de modo a possibilitarem, por meio da aplicação racional dos recursos, o desenvolvimento de áreas importantes, como educação, saúde, cultura e tecnologia.

Temas prioritários

Entre os temas econômicos prioritários para debate no próximo ano, o senador Delcídio citou ainda a desoneração da folha de pagamento, a discussão da dívida dos estados, o novo Código Florestal e as concessões de energia elétrica.

Com relação aos primeiros meses do governo da

presidente Dilma Rousseff, Delcídio julgou como muito bom o resultado obtido.

– A presidente é uma grande executiva, gestora. Enfrentou um desafio extraordinário que foi a eleição de 2010. E ninguém chega a presidente da República à toa: é muito trabalho, é muita capacidade de articulação – afirmou.

Segundo Delcídio, Dilma, o ministro da Fazenda, Guido Mantega, e o presidente do Banco Central, Alexandre Antonio Tombini, foram muito bem-sucedidos em sua estratégia de manter

Delcídio defende distribuição dos royalties do pré-sal entre todos os estados da Federação

o crescimento da economia – a taxas em torno de 4% ou 4,5% – juntamente com o controle do processo inflacionário.

Delcídio comemorou a implementação por Dilma Rousseff, da nova fase do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), abrindo agora investimentos para municípios com menos de 50 mil habitantes. Ele considerou também oportuna a preocupação de Dilma em estruturar uma matriz energética renovável no país.

Ao final do discurso, o senador destacou ainda o programa Brasil Sem Miséria, classificando-o como um projeto “extremamente bem-sucedido e inteligente”, que precisa ser repercutido.



Delcídio do Amaral fez avaliação positiva dos primeiros meses de Dilma

Waldemir Barreto/Senado Federal